



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR DIANTE DA INCLUSÃO**

**EDUARDO CHRISTIAN PAULINO DE SOUZA**

**Belo Horizonte  
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR DIANTE DA INCLUSÃO**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar vinculado ao programa nacional Escola de Gestores da Educação Básica.

Profa. Orientadora Ma. Sandra Maria Glória da Silva.

**Belo Horizonte  
2015**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUARDO CHRISTIAN PAULINO DE SOUZA

## O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR DIANTE DA INCLUSÃO

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em **XX/03/2015**, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar vinculado ao programa nacional Escola de Gestores da Educação Básica, aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos (as) seguintes professores (as):

---

Profa. Ma. Sandra Maria Glória da Silva - Orientadora  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

Prof. (a) Dr. (a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte, **XX de março**, de 2015.

# AGRADECIMENTOS

*O agradecimento é a memória do coração.*

*Tao -Tse*

## **Encontro**

*O tempo é meu algoz.*

*Corro, corro...*

*Não há socorro.*

*Pelo caminho deixo*

*Pedaços de mim.*

*Me assombro.*

*Entre os meus*

*Encontro os seus.*

*Pois é...*

*A vida é dura...*

*E não é só para mim.*

*Juntamos os cacos.*

*As histórias se misturam.*

*O horizonte se alarga.*

*Juntos buscamos um norte.*

*Iguais na sorte e na morte*

*Nos reconhecemos humanos*

*E aí então...*

*As emoções se acalmam*

*E o medo de errar desaparece.*

*Magali Queiroz*

## RESUMO

Garantir o acesso às crianças, adolescentes e adultos com necessidades educacionais especiais de forma ampla em escolas regulares tem sido um dos maiores desafios da educação atual. Leis educacionais de todo o mundo estabelecem essa obrigatoriedade, sem levar em conta que o poder público não oferece espaço físico adequado com acessibilidade e professores qualificados para que se efetive esse tipo de educação. Esses profissionais quando se deparam com um aluno com necessidades educacionais especiais se sentem despreparados e inseguros diante da nova realidade. Isso porque os conhecimentos e valores adquiridos e aprendidos ao longo da carreira precisam ser repensados e até substituídos. Diante do exposto, entende-se que o gestor tem um papel primordial junto à equipe pedagógica e à comunidade escolar, tendo em vista o cumprimento dessas leis. Esse profissional, por meio de um trabalho efetivo de análise e discussão pode buscar alternativas para que se efetive uma educação de qualidade para todos. Este texto tem por objetivo expor reflexões sobre o papel do gestor escolar diante da inclusão de alunos com deficiência física e/ou mental, com base principalmente nos estudos de Mantoan (2007), Rodrigues (2006), Sanches e Teodoro (2006) e Sant'ana (2005).

**Palavras-chave:** Gestão democrática. Educação inclusiva. Necessidades educacionais especiais.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	8
2 A INCLUSÃO NA LEGISLAÇÃO NACIONAL E NOS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS.....	12
3 A INCLUSÃO NA BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTÁ-LA NA ESCOLA.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	20
REFERÊNCIAS.....	21
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUNICIPAL PAULINO BENTO PEREIRA DE AMORIM.....	25

## 1 INTRODUÇÃO

Quando se assume a gestão de uma escola seja de Educação Infantil, Ensino Fundamental e ou Médio em que uma parte de seus alunos tenha algum tipo de necessidade educacional especial e alguns professores ainda apresentem resistência em trabalhar com esses alunos, faz-se necessária a busca por soluções para que o direito a uma educação de qualidade para todos se efetive. Ao estudar, discutir, analisar e construir o Projeto Político-Pedagógico (PPP) notou-se que uma das finalidades da escola é a garantia do acesso, permanência e uma educação de qualidade.

O acesso à escola e à uma educação de qualidade, a permanência em uma instituição de ensino sem que haja nenhum tipo de discriminação ainda não fazem parte da realidade de centenas de crianças e adolescentes brasileiros principalmente daqueles que apresentam alguma necessidade educacional especial, seja ela física ou mental. Embora o direito à educação esteja assegurado no artigo 206 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como na Lei 8.069/90 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ele ainda não é plenamente exercido.

Apesar de a educação ser um direito civil universal, nas unidades escolares ainda se depara com alguns professores que se sentem receosos ao saberem que lecionarão para alunos com deficiências físicas e/ou intelectuais. Supõe-se que a resistência por parte desses profissionais se dá na maioria das vezes pela inexperiência e falta de conhecimento teórico sobre a inclusão. Diante dessa realidade, compete à equipe gestora sensibilizar pais, alunos e professores para assumirem a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência como um compromisso de todos. Nesse sentido, concorda-se com Giordani (2010) quando afirma que

A educação inclusiva configura-se como um movimento de intensa repercussão no âmbito das práticas educacionais, no trabalho pedagógico das escolas, porque desafia os sistemas tencionando o campo educacional com muitas indagações e poucas afirmativas. O que se tem unânime é o direito público subjetivo à educação de qualquer criança, com ou sem



deficiência. Neste sentido, espera-se que o processo de inclusão vai exigir profundas transformações das escolas, tarefa que deve ser mediada pelos gestores no diálogo entre os sistemas de ensino e a comunidade escolar. (GIORDANI, 2010, p. 63).

Diante dessa nova realidade, faz-se necessário repensar o papel da escola no processo de implementação de novas políticas e na mudança da cultura educacional. Além de assegurar a todos o direito à educação pública, gratuita e de qualidade e voltada às necessidades educativas especiais. Conforme Beyer (2006) estes são alguns dos desafios a serem superados pelas escolas. A respeito desse assunto, assim se expressa o autor

O desafio é construir e por em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. Ao contrário pondo em andamento na comunidade escolar, uma conscientização crescente dos direitos de cada um (BEYER, 2006, p. 76).

Quando se está na gestão de uma unidade escolar que atende uma clientela cada vez mais crescente de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, a busca por alternativas para atenuar essa nova realidade se faz sempre necessária, uma vez que como gestor “ao assumir o compromisso de organizar uma escola inclusiva está longe de ser uma tarefa fácil, cômoda ou simples” (LIMA, 2005, p.100). Mudanças como essa se contrapõem a antigos valores presentes da cultura escolar e expõem algumas falhas e limitações dessa nova escola. Mas o gestor ao assumir esse compromisso precisa tentar assegurar

[...] uma demanda de trabalho centrada nas ideias de uma Educação Inclusiva colaborar com a vivência da diversidade priorizando as singularidades das pessoas e as aprendizagens ocasionadas dos encontros com a multiplicidade. Portando, ao acreditar no compromisso do gestor com a dimensão da atividade pedagógica de sua função, contemplo a oportunidade de um espaço de reflexão acerca de um processo decisório participativo, fundamentado no conhecimento de seu público diferenciado e priorizando uma ação planejada eficaz ao processo de Educação Inclusiva (SOUSA, 2004, p. 51).

Para que a prática dessa educação inclusiva se efetive são necessárias mudanças profundas nas escolas, tanto no aspecto estrutural (adaptações das salas de aula, banheiros, quadras, refeitórios e outros), quanto no pedagógico (sensibilização e

formação do coletivo de professores, dos profissionais técnico-administrativos, da equipe de limpeza e cozinha). Primeiramente, se faz necessário definir estratégias e objetivos e não simplesmente incorporar esses alunos na escola. Compreender a legislação também é importante, mas não basta. A participação de todos é essencial, principalmente dos professores que irão trabalhar com esses alunos no dia a dia, pois

Apenas quando os professores de uma escola definirem estas metas e estabelecerem um programa para alcançá-las será possível definir os critérios que permitam avaliar se o programa está sendo realizado de modo satisfatório e se os resultados obtidos ajustam-se ou não aos objetivos propostos (MARCHESI, 2004, p. 32).

Marchesi (2004) afirma que as escolas que valorizam a interação social de seus alunos, que avaliam os seus progressos acadêmicos integrados de acordo com suas possibilidades e não em comparação com seus colegas e que trabalham particularmente em grupos cooperativos heterogêneos têm muito mais possibilidades de melhorar a competência social e a autoestima desses discentes. Conclui-se que a educação inclusiva reconhece a diversidade na escola, garantindo o acesso de todos, independentemente de diferenças individuais, trabalhando assim para uma sociedade mais justa e democrática e uma educação de qualidade para todos.

Entende-se que a educação inclusiva está aberta à diversidade, carece ser exercida na maioria das escolas e necessita reavaliar constantemente seus métodos de ensino. De acordo com o dicionário Michaelis a palavra *insignare* é derivada do latim e remete ao ato de ensinar. Também poderia contribuir para mostrar o significado de construção de conhecimentos e não transmissão dos mesmos. A respeito desse assunto, assim se expressa Montoan (2002)

Para construir sistemas educacionais inclusivos, é necessário recriar o modelo educativo, ou seja, rever primeiramente o que ensinamos aos alunos e, depois, como ensinamos, visando ao estabelecimento de práticas motivadoras, que propiciem o crescimento do indivíduo, o seu desenvolvimento ético e moral e o seu senso de justiça (MANTOAN, 2002, p. 16).

Um dos novos desafios de uma gestão escolar é uma educação de qualidade para todos, levando em conta uma gestão que dê ênfase à participação e à democracia

todos os dias, pois necessitamos promover uma mudança educacional e social que abandone práticas individualistas e estimule ações coletivas. Rodrigues (2006, p. 306) afirma que a profissão de gestor escolar exige imensa versatilidade, dado que se lhe pede que aja com grande autonomia e seja capaz de delinear e desenvolver planos de intervenção com condições muito diferentes. Para desenvolver essa competência tão criativa é necessário aliar a formação profissional à experiência adquirida por meio de uma prática continuada, reflexiva e coletiva. Além disso, entende-se que educação inclusiva resulta do comprometimento da comunidade escolar com a educação de todos os alunos e de toda a escola.

## **2 A INCLUSÃO NA LEGISLAÇÃO NACIONAL E NOS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS**

O direito a uma educação de qualidade e para todos pode ser observado em vários documentos internacionais. Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu Artigo 26 já mencionava esse direito. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, redigida em 1990, orienta satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todos os alunos. Tal declaração também apresenta o gestor escolar como um dos responsáveis por promover o fortalecimento de alianças para a promoção da educação para todos. A Declaração de Salamanca, elaborada em 1994, tem como diretriz a criação de condições para que todos os sistemas de ensino possibilitem a construção de escolas inclusivas, reafirmando assim o compromisso de uma educação para todos e reconhece dessa maneira a necessidade de alterar os sistemas educacionais para que essa educação se efetive verdadeiramente.

No Brasil, destaca-se a Carta Magna de 1988 em seu Artigo 208 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que no seu Artigo 58 determina que a educação especial seja oferecida no ensino regular para os alunos com necessidades educacionais especiais. Já no seu Artigo 59 estabelece a reorganização social para o atendimento das pessoas com igualdade, tanto as mais complexas e diversas diferenças, quanto as físicas e/ou cognitivas.

Desde 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam diversas ações a serem desenvolvidas para garantir o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Expõem também adequações necessárias para que a escola se torne inclusiva e atenda às especificidades do ensino diante da diversidade.

Outro documento de suma importância é o “Projeto Escola Viva”. Elaborado pelo Ministério da Educação com base nos PCNs, esse projeto aponta a necessidade de adaptações curriculares atribuídas principalmente aos gestores escolares, tal como exposto a seguir

- Caracterizar o perfil do alunado;
- Mapear o conjunto de necessidades educacionais especiais presentes na unidade, e em cada sala de aula (processo contínuo, no decorrer do ano);
- Encaminhar para a Secretaria Municipal de Educação a solicitação das Adaptações Curriculares de Grande Porte que se façam necessárias.
- Envidar esforços junto à Secretaria Municipal de Educação e junto ao Conselho Municipal de Educação para que as adaptações Curriculares de Grande Porte sejam implementadas;
- Implementar as Adaptações de Grande Porte que forem sua competência;
- Providenciar o suporte técnico-científico de que os professores necessitam (convênios com Universidades, Centro Profissionais, servidores das diversas Secretarias, etc.);
- Planejar o envolvimento de famílias e da comunidade no processo de construção da inclusão em sua unidade escolar;
- Promover atividades (palestras, projeção de filmes, discussão sobre material áudio visual, etc.) de sensibilização e de conscientização sobre a convivência na diversidade para alunos, professores, famílias e comunidade (BRASIL, 2000, p. 20).

Para que a escola cumpra o seu papel de transformação social é necessário que ela seja inclusiva, aberta à participação, à democracia e à autonomia. Porém, executar essa tarefa não será fácil, pois exige compromisso com a oferta de uma educação eficiente e de qualidade para todos os alunos, além do cumprimento de normas coletivas mediadas pela responsabilidade social. Entende-se que o gestor escolar que se compromete com o contexto social, cultural, histórico e político do espaço pedagógico se assemelha ao perfil apresentado por Boff (1997)

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação (BOFF, 1997, p. 27).

Montoan (2014) afirma que um ensino de qualidade é naturalmente inclusivo, porque reconhece a diferença e a capacidade de diferenciação de cada aluno na sua liberdade de aprender, segundo suas capacidades, seus interesses e suas atribuições de sentido à matéria em estudo. Geralmente, os padrões de desempenho escolar excluem os que neles não se ajustam. Faz-se necessário mudar essa realidade.

Importa ter em mente que os seres humanos, embora possuam muitas semelhanças, são diferentes, têm singularidades, e uma essência que os

caracteriza. Em vista disso, entende-se que as sociedades serão mais justas de democráticas quando enxergarem o outro com suas diferenças e respeitá-las. Nesse sentido, a escola tem um papel importante na formação de pessoas em sintonia com essa linha de pensamento. Conforme Montoan (2014, p. 8) “ao ensinarmos o bebê, o jovem, o adulto, considerando a diferença de cada um, libertamos o aluno dos modelos educacionais vigentes, do consenso, da média, da mediocridade”.

Quando se é apresentado ao novo, logo surgem os primeiros medos, as primeiras desconfianças. No caso da inclusão isso também ocorreu e ainda ocorre nas escolas e nas salas de aula. Supõe-se que devido a esses medos a educação inclusiva ainda encontre resistência no âmbito escolar, principalmente, por parte de professores dos anos finais do Ensino Fundamental, os chamados especialistas (português, matemática, história, etc.), pois a maioria deles ainda tem dúvidas quanto à forma adequada de se proceder em relação aos alunos deficientes. Nesse contexto, cabe ao gestor ser o articulador para que esses medos, essa resistência, seja vencida. Afinal, “docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas” (SANT’ANA, 2005, p. 228).

Sanches e Teodoro (2006, p. 73), afirmam que

educação inclusiva não significa educação com representações de baixas expectativas em relação aos alunos, mas sim a compreensão do papel importante das situações estimulantes, com graus de dificuldade e de complexidade que confrontem os professores e os alunos com aprendizagens significativas [...]. Nota-se que o que se espera de uma educação inclusiva é uma escola que apresente uma solução educativa para todos que ali se deparam, independente de qual modalidade educacional se busca um efetivo processo ensino aprendizagem baseado na diversidade e não na homogeneização.

As salas de Recursos é uma poderosa aliada nesse novo processo educacional, pois essas salas servem de bases de apoio aos profissionais da unidade escolar. Mas a mudança de postura de toda a comunidade escolar é imprescindível, pois a inclusão não é apenas inserir alunos com necessidades educacionais especiais na escola e nos sistemas regulares de ensino, é mais que isso. É reorganizar a cultura, as práticas e as políticas vivenciadas nas unidades escolares, de modo que a

diversidade dos alunos seja realmente atendida. A respeito desse assunto, Glat (2007) assim se expressa

A educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem, precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto político pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. A proposta de educação inclusiva implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos construtivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e os próprios sistemas educacionais (GLAT, 2007, p.16).

### **3 A INCLUSÃO NA BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTÁ-LA NA ESCOLA**

Não basta apenas gestores, professores e demais funcionários da unidade escolar desenvolverem práticas inclusivas sem envolver e ouvir os alunos deficientes. É necessário que eles sejam acolhidos, conscientizados juntamente com seus responsáveis acerca de seus direitos e deveres para que a inclusão seja efetivada.

O professor, ao desenvolver práticas educativas inclusivas dentro da sala de aula, deve ter um ambiente acolhedor e menos excludente para evitar que alguns alunos se depararem com situações embaraçosas que ao invés de incluir irão contribuir para uma exclusão. A escola também deve propor práticas educativas para todos: professores, família, gestores, funcionários, alunos e principalmente órgãos governamentais. Pois assim todos terão em mente que a educação inclusiva tem como objetivo a inserção e a participação de todos os alunos em todas as atividades escolares e da comunidade, independentemente de suas limitações e que toda a sociedade tem o dever de contribuir para o aperfeiçoamento desse novo processo. Tal como afirma Beyer (2006)

O desafio é construir e por em pratica no ambiente escolar uma pedagogia que consiga se comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isto sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas. Ao contrário pondo em andamento na comunidade escolar uma conscientização crescente dos direitos de cada um (BEYER, 2006, p. 76).

Conhecer a clientela a ser atendida pela sua unidade escolar é outro aspecto que precisa ser levado em conta, quando se ouve relatos ou até mesmo lê questionários e ou pesquisas encaminhadas às famílias, até mesmo a ficha de matrícula do aluno sabe-se o verdadeiro contexto que sua unidade escolar está inserida e quais são as possíveis barreiras sejam essas de ordem social, material, arquitetônica e até mesmo de recursos humanos que interferem no desenvolvimento de uma verdadeira educação inclusiva. O que nos leva a crer que

Os gestores, muitas vezes, precisam “ir a campo” pesquisar o cotidiano do aluno, conhecer a história de vida, a fim de buscar respostas que refletiam



diretamente aos seus desempenhos, “desocultando o oculto”, pois só assim serão capazes de compreender a realidade do aluno. A gestão terá uma participação significativa, estimulará a discussão contínua da prática pedagógica, clarificará a realidade, trará à tona o processo de construção da própria escola, procurando contribuir, por meio da criatividade, com as formas mais abrangentes, mais específicas de que a escola necessita (AZEVEDO; CUNHA, 2008, p. ).

“Toda pessoa tem o poder de influência sobre o contexto de que faz parte” (LUCK, 2004, p. 2), sendo assim o papel do gestor escolar bem como de professores e demais funcionários e profissionais envolvidos no processo educacional de ensino aprendizagem, será de analisar, discutir e buscar alternativas para superar as barreiras e dificuldades na construção de uma educação de qualidade para todos. O trabalho participativo principalmente na educação inclusiva é de suma importância uma vez que

[...] momentos de discussão, bem como situações onde os envolvidos possam construir a aprendizagem, sendo cada um protagonista consciente de suas atitudes, sem perder a especificidade de suas funções, buscando a construção do processo coletivo para que aconteça justiça social, onde a escola possa contemplar a diversidade de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (AZEVEDO; CUNHA, 2008, p. 68).

O desenvolvimento de práticas discutidas no coletivo apresenta contribuições significativas no processo ensino aprendizagem principalmente nas reflexões dentro do processo de educação inclusiva. Todos os protagonistas devem se unir ao que foi estabelecido coletivamente de modo que a estratégia e os atos a serem desenvolvidos sejam coerentes com as práticas inclusivas sejam essas pedagógicas, sociais ou políticas. Pois é “através da reflexão das ações pedagógicas dos professores e demais profissionais, que os cenários são reconstruídos e ressignificados dentro do conjunto de procedimentos e atitudes que o processo educacional abrange” (SOUSA, 2004, p. 5).

A construção de uma escola de qualidade tem de ser uma luta de todos que pensam e fazem educação, ou seja, de profissionais da escola e da comunidade na qual está inserida. A elaboração de uma proposta pedagógica deve estar em consonância com as necessidades e os interesses da comunidade atendida. Enfrentar esses desafios exige planejamento, acompanhamento e avaliação do que a escola faz e deve fazer para cumprir sua função social, se diferenciando dos objetivos de

algumas políticas educacionais que visam principalmente interesses econômicos. Pois a educação é um direito de todos, como nos indica Luck (2000)

[...] os problemas relacionados com a educação são problemas da coletividade, não são problemas exclusivamente de governo. Em consequência, as soluções para os mesmos devem ser buscadas em conjunto, levando em conta a reflexão coletiva sobre a realidade e a necessidade de negociação e o convencimento local para sua efetivação, o que só pode ser praticado, mediante processo de autonomia (LUCK, 2000, p. 21).

A escola deve estar articulada com práticas em sala de aula que valorizem a participação dos alunos. As práticas devem ser um espaço de aprendizagem, não só de habilidades e competências. Tais atividades devem fazer com que os alunos aprendam a conviver, a serem solidários e a exercerem a democracia, enfim, atividades que estimulam e promovam a formação humana. Para que os professores possam exercer essas práticas é necessário uma formação continuada que Libâneo (2006) menciona ser de responsabilidade também do professor, pois se o professor não reconhecer essa necessidade, toda ação planejada por partes da escola poderá ser em vão.

Em função disso, faz-se necessário que o PPP seja construído por meio de ações coletivas, com metas e objetivos compartilhados, buscando superar as dificuldades de forma solidária, superando assim “o isolamento, o individualismo, a resistência a mudanças, o conformismo, a indiferença, o imobilismo (LIBÂNEO, 2006, p. 388)”.

Segundo Paro (1997) enquanto o único ser para quem “o mundo não é indiferente”, o ser humano, apresentam-se sempre novos objetivos que transcendem a necessidade natural, os quais ele busca realizar por meio do trabalho. O trabalho não é, pois, o fim do homem, mas sua mediação para o viver bem. Isso tudo tem implicações fundamentais para uma educação escolar que tenha por finalidade a formação humana. Pois

Em primeiro lugar, é preciso ter presente que não basta formar para o trabalho, ou para a sobrevivência, como parece entender os que veem na escola apenas um instrumento para preparar para o mercado de trabalho ou para entrar na universidade (que também tem como horizonte o mercado de trabalho). Se a escola deve preparar para alguma coisa, deve ser para a própria vida, mas esta entendida como o viver bem, no desfrute de todos os bens criados socialmente pela humanidade. E aqui já há um segundo

aspecto, corolário do primeiro, a ser considerado: não basta a escola 'preparar para' o bem viver, é preciso que, ao fazer isso, ela estimule e propicie esse bem viver, é preciso que a escola seja prazerosa para seus alunos desde já (PARO, 1997, p. 32).

Estimular o debate em grupo para os problemas pedagógicos, auxiliando assim os profissionais da unidade escolar a compreender melhor a nova realidade educacional inclusiva e tomar decisões baseando nessa compreensão, essas são as novas demandas da gestão escolar, pois ao incorporar essas novas atitudes estaremos adquirindo uma consciência de que podemos mudar a realidade independente dos recursos disponíveis, confiando assim que a

[...] escola que temos hoje não é eterna, abstrata e, a-histórica, atemporal, mas, sim, produto da ação humana concreta e objetivamente determinada pela forma como se articula e se relaciona as diversas forças políticas presentes em cada período histórico; que, portanto, como qualquer outra instância da vida e da sociedade, ela se transforma permanentemente, sendo nós, seres humanos, os agentes dessa transformação; que, finalmente, partindo da escola que temos, aprendemos com a história que é possível construir uma outra escola, articulando-a mais coerentemente com um projeto político pedagógico que vise a fazer a instituição escolar um instrumento de construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária (LOMBARDI, 2006, p.18).

O ser humano necessita do outro para se sentir completo, inteiro. Atualmente as relações são frágeis e tênues causando assim um distanciamento, uma vez que se vive para o imediatismo, para resultados a curto prazo, pois não temos tempo para cultivar relacionamentos saudáveis e investir afeto e valores para uma convivência durável. As relações se tornam passageiras, as pessoas se tornam vazias. Para fortalecer os vínculos nos relacionamentos sociais é preciso tempo para a troca de experiências, para o encontro do outro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar essa análise acerca do papel do gestor diante da inclusão de alunos com deficiência física e/ou mental, conclui-se que as leis sozinhas não podem promover mudanças nas escolas. Faz-se necessária a presença de pessoas comprometidas com a implementação de direitos legalmente adquiridos. Infelizmente, nos dias atuais ainda há professores que se sentem despreparados, inseguros ou simplesmente não querem lecionar para alunos deficientes. Diante do exposto, entende-se que o gestor tem um papel primordial junto à equipe pedagógica e à comunidade escolar, tendo em vista o cumprimento dessas leis. Esse profissional, por meio de um trabalho efetivo de análise e discussão pode buscar alternativas para que se efetive uma educação de qualidade para todos.

Não haverá possibilidade de ocorrência da gestão democrática sem a presença de um gestor escolar com capacidade de exercer liderança educacional, atuando como professor de professores e agente dinâmico da mudança. Sua presença, ainda rara nas unidades escolares é determinante e faz a diferença ao transformar a escola em espaço de movimento, participação, envolvimento e promoção da cidadania.

O gestor tem um papel de suma importância nesse novo processo, pois ele é o elo de garantia de acesso, permanência e qualidade da educação. Embora seja ele o elemento central nessa nova realidade nas unidades escolares, os professores e demais profissionais da escola devem assumir a sua parcela de responsabilidade nesse novo contexto educacional. Os alunos e as famílias bem como toda a comunidade escolar também são responsáveis para tornar a unidade escolar cada vez mais inclusiva.

A escola mudou. A sua evolução caminha para um trabalho cooperativo, em equipe.

A escola assumiu um papel social e demanda novas colaborações de outros profissionais para uma intervenção de alunos com deficiências educacionais especiais. A vontade da unidade escolar de se diferenciar no contexto provoca debates em torno de novos projetos pedagógicos, o que exige uma ampla atividade coletiva. Os pais mais atentos solicitam diálogos, se reúnem em grupos, forçando assim a unidade escolar a se agrupar também para o encontro de soluções.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Antonia Ramos de; CUNHA, Gracilliani Rosa da. Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola. **Revista Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP. V.18, n.31, jul.-dez.-2008, p.53-72.

BEYER, Hugo Otto. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.) **Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73 -81.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 2. ed., 1997.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei 8,069/90, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 22 dez. 2014.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei 9394/96, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/l9394.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades especiais. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2000.

GIORDANI, Liliâne Ferrari. Educação Inclusiva: práticas cotidianas na gestão de políticas locais. Disponível em: <http://www.facos.edu.br/old/galeria/131052011102456.pdf> Acesso em: 18 dez. 2014.

GLAT, Rosana (Org.) **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, Luzia. Apertem os cintos, a direção (as)sumiu! Os desafios da gestão nas escolas inclusivas. In: FREITAS, Soraia Napoleão, RODRIGUES, David; KREBS, Ruy. **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2005, p. 85-111.

LOMBARDI, José Claudinei. A importância da abordagem histórica da gestão educacional. In: **Revista HISTEDBR**. Campinas: Editora da Unicamp, ago. 2006, p. 11-19. Disponível em <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art3\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art3_22e.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2014.

LUCK, Heloisa. **A dimensão participativa da gestão escolar**. Gestão em Rede (Brasília), Curitiba, v.57, n. out, p. 1-6, 2004.

LUCK, Heloisa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. 2. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. V. 1. 143 p.

LUCK, Heloisa. et al. **A escola participativa**. O trabalho do gestor escolar. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LUCK, Heloisa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores, **Em aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1087/989> Acesso em: 19 dez. 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensinando a turma toda. **Pátio – Revista Pedagógica**, ano V, n. 20, p. 18-23, fev./abr. 2002.

MARCHESI, Álvaro. Desenvolvimento psicológico e educação: A Prática das escolas inclusivas. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Declaração mundial sobre educação para todos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em: 30 jun. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf> Acesso em: 29 abr. 2014.

PARO, Vitor Henrique. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 300-307.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 299-318.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. Inclusão Escolar: Conceitos, Perspectivas e Contributos. **Revista Lusófona de Educação**, v.8, pp. 63-83, 2006.

SANT'ANA, Izabella Mendes. Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n. 2, p. 227-234, maio/ago., 2005.

SOUSA, Luciane Porto Frazão de. **Orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade**. 2007, 113p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA MUNICIPAL PAULINO  
BENTO PEREIRA DE AMORIM**

**EDUARDO CHRISTIAN PAULINO DE SOUZA  
LUCIENE DE ASSIS SANTOS BENTO  
PATRICIA CARLA PEREIRA  
VIVIANE APARECIDA DE AMORIM**

**BELO HORIZONTE  
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO  
ESCOLA MUNICIPAL PAULINO BENTO PEREIRA DE AMORIM**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE  
2014**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA .....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	08
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa .....	09
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica .....	11
3. CURRÍCULO .....	16
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	21
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	25
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	27
7. AVALIAÇÃO .....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	34
REFERÊNCIAS .....	36
ANEXOS .....	38

## INTRODUÇÃO

O direito a uma educação básica de qualidade para todos, através de uma gestão democrática, é referendado pela Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 205. A construção de um Projeto Político Pedagógico de forma coletiva e democrática em que todos os atores possam dar sua contribuição se torna necessário. Através desse importante documento que as unidades escolares definem sua linha de trabalho e estipulam as metas, sempre pautadas em objetivos construídos coletivamente por toda a comunidade escolar.

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2004, p.1)

A universalização da educação brasileira ocorrida na década de 90, garante, através principalmente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), o acesso, a permanência e uma educação de qualidade. Para que todos tenham educação de qualidade, se faz necessário que a escola tenha primeiramente uma gestão democrática. Uma das ações essenciais é uma elaboração de um projeto político pedagógico com a participação de todos, pois assim “o projeto pedagógico ganhará em riqueza e diversidade pela consideração e pelo envolvimento da subjetividade dos profissionais no processo consciente de propiciar o melhor para todos.” (CURY, 2006 p. 10).

A Escola Municipal Paulino Bento Ferreira de Amorim, está localizada no município de Divinópolis, no interior do Estado de Minas Gerais. Na cidade de Divinópolis vivem atualmente aproximadamente duzentos e vinte mil habitantes, sua economia está basicamente estruturada na indústria confeccionista e metalurgia/siderurgia e na área de serviços assim como no comércio por ser a cidade polo da região centro-oeste do Estado segundo dados oficiais e governamentais.

A Escola Municipal Paulino Bento Ferreira de Amorim atende alunos desde os anos iniciais aos finais do ensino fundamental. Atualmente está com aproximadamente seiscentos alunos em dois turnos. A escola atende há vinte bairros da periferia da cidade, e alguns alunos pertencem a zona rural do município, a maioria dos alunos têm acesso à escola através do transporte escolar oferecido pelo município e a população atendida é de uma classe social baixa, e uma parte dessa população ainda não tem acesso a alguns direitos sociais essenciais.

Sendo um ponto de referência para a comunidade, a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim chama para si o desafio de levar crianças, adolescentes e jovens à construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, de apoiá-los na superação de barreiras pessoais e para uma formação profissional. Como atendemos uma clientela formada por famílias muitas vezes numerosas, desestruturadas, carentes e com pouca ou nenhuma escolaridade e também alunos sob a responsabilidade e guarda de Instituições de proteção à criança/adolescente. Geralmente os responsáveis por estas famílias precisam se ausentar com frequência por ser necessário trabalhar pelo sustento, deixando seus filhos sozinhos em casa ou com algum familiar.

A parceria família/escola contribui para a melhoria das ações. O trabalho coletivo juntamente com práticas educacionais de qualidade e a boa vontade de todos os atores envolvidos nesses processos fazem a diferença. Um trabalho preocupado com a formação global dos alunos, tornando-os participativos de uma sociedade mais justa se faz necessário. De acordo com Azevedo, essas “práticas possuem uma direta vinculação com a história da escola, com as características da comunidade em que se insere, com as formas de percepção da realidade dos que a fazem e das relações que estabelecem entre si” (AZEVEDO, s.d, p.2). A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim procura trabalhar seus alunos para terem uma formação voltada para a vida em sociedade. Desta forma, busca uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e

culturais da realidade brasileira e que garante aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Para a construção do PPP a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim mobilizou todos os segmentos da comunidade escolar, porém nota-se que o envolvimento das famílias, dos alunos e da comunidade do entorno não foi totalmente efetiva, uma vez que as famílias nem sempre colocam a educação de seus filhos como sendo prioritária. O processo de construção do PPP se deu em encontros dentro da própria unidade escolar onde todos os presentes davam suas opiniões, sugestões e ideias.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim tem como finalidade atender aos alunos dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Seu Projeto Político Pedagógico está baseado na construção de valores fundamentais à justiça social, direitos e deveres, respeito e o bem comum, bem como à ordem democrática, pois:

A educação articula-se as diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. Isto quer dizer que a educação é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica econômica, social, cultura e política de uma dada sociedade. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010 p. 6)

A Escola existe para atender à sociedade e a integração das famílias nos processos pedagógicos, administrativos e financeiros. Está garantido através da Constituição Federal em seu Artigo 205 assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei 9394/96) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8069/90). Pois a Educação é um direito social fundamental a todo cidadão. Buscar o reconhecimento como sendo uma referência educacional, assegurando assim um crescimento de todos.

O reconhecimento de que a qualidade da escola seja uma qualidade social, uma qualidade capaz de promover uma atualização histórico cultural em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010 p.14)

Dessa maneira desenvolvendo valores que promovam e desenvolvam o processo ensino aprendizagem e, oferecendo oportunidades de desenvolvimento de habilidades, competências e compartilhamento de informações. Contribui para a formação de cidadãos capazes de superar obstáculos, contribuindo criticamente e criativamente na transformação da sociedade, garantindo uma educação de qualidade e o “desenvolvimento integral do ser humano, na medida em que a educação proporciona conhecimentos e habilidades para uma vida produtiva no contexto e na construção de uma sociedade democrática, intercultural e cidadã.” (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010 p.29).

A formação de cidadãos críticos, capazes de refletir sobre a realidade em que vivem e a busca de alternativas para uma sociedade mais igualitária e justa dando “importância de elementos extracurriculares na formação das identidades dos alunos” (MOREIRA, 2010 p.41), são panoramas para os novos tempos de uma sociedade globalizada que se transforma aceleradamente, com conhecimentos e tecnologias, e que por outro lado a cada dia amplia suas desigualdades sociais, taxas de desemprego e miséria. Portanto, a qualidade dessa formação deve ser a responsável pelo enfrentamento desses novos desafios dessa sociedade contemporânea, visto que “essa exige um conjunto de conhecimentos e habilidades capazes de possibilitar a todos o acesso a forma de ser e de comunicar como um participante do mundo.” (CURY, 2010 p. 9).

Sabemos que é por intermédio da educação que se obtém qualificações na busca de condições de uma vida mais digna, humana e cidadã. Pois é através dela que se promove inclusão social. Ampliar a qualidade dessa instrução, ou seja, ampliar o atendimento a um número maior de pessoas a partir de medidas simples se torna necessário. Se desafios são fixados, estes nos estimulam a produzir novos olhares e abrir novas janelas que nos ajudam a tornar mais claro o horizonte ofuscado por um longo período de inércia diante de tal discussão.



## 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Tendo por base Libâneo, Oliveira e Toschi (2009) que denominam a organização propriamente dita como:

Organizar significa dispor de forma ordenada, dar uma estrutura, planejar uma ação e prover as condições necessárias para realizá-la. Assim a organização escolar refere-se aos princípios e procedimentos relacionados à ação de planejar o trabalho da escola, racionalizar o uso de recursos (materiais, financeiros, intelectuais etc.) e coordenar e avaliar o trabalho de pessoas, tendo em vista a consecução de objetivos. (LIBANEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009, p.316)

Diante disso, é urgente entender que, a escola sendo uma organização, é de suma relevância a interação entre as pessoas que nela se atuam, uma vez que um dos objetivos é a formação humana, portanto um espaço que reúne pessoas que se interagem de forma desejada. Daí a necessidade da escola levar em consideração todos os ambientes, pois são neles que acontecem as relações e interações entre as pessoas.

O envolvendo e o planejamento das ações, a sua execução, a administração, as qualificações práticas, a formação continuada, a avaliação do trabalho escolar nos aspectos físicos e materiais são instrumentos que buscam efetivar os objetivos da escola. Ou seja, como toda instituição a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim busca resultados, o que exige uma atividade lógica, estruturada e coordenada, pautadas na organização do trabalho e no esforço coletivo de todos os atores que atuam na unidade escolar.

Ao mesmo tempo, sendo uma atividade coletiva, não depende apenas das capacidades e responsabilidades individuais, mas de objetivos comuns e compartilhados e de ações coordenadas e controladas dos agentes do processo. (LIBANÊO, 2001 p. 7)

Baseado no Artigo 205 da Constituição Federal, que assegura que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família [...]” e nos princípios da igualdade, acesso, permanência e qualidade a educação brasileira (BRASIL, 1988, art. 206) também está embasada numa educação básica obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegura também a gratuidade para aqueles que não tiveram acesso em idade certa através de programas e projetos dando assim, direito

à uma educação básica de qualidade (BRASIL, 1988, art. 208). Nesse sentido a:

Qualidade da Educação implica o mapeamento dos diversos elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis no processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania e, sobretudo, a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos estudantes. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010 p. 29).

## **2.1 Estrutura Organizacional Administrativa**

A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim está organizada de acordo com a legislação vigente da Secretaria Municipal de Educação do município de Divinópolis/MG, que estabelece um setor técnico administrativo, serviços de limpeza, zeladoria e vigilância, multimeios (biblioteca e laboratório de informática), direção administrativa, direção pedagógica, vice diretor, professores, alunos, Conselho Escolar e o setor pedagógico.

O setor técnico administrativo assegura o atendimento e as funções da escola. A secretaria é a responsável pelo atendimento ao público, pela escrituração, documentação de funcionários e alunos bem como suas correspondências. A zeladoria cuida da limpeza, manutenção e conservação de todo prédio escolar bem como na elaboração e execução da merenda escolar. O serviço de multimeios são os responsáveis pela biblioteca e pelo laboratório de informática colaborando com os profissionais da escola bem como com seus alunos.

O Conselho Escolar é composto por vinte e quatro componentes, sendo doze titulares e doze suplentes, o seu presidente será escolhido entre os membros titulares e suas atribuições são consultivas, deliberativas e fiscais em questões determinadas em legislações municipais, estaduais e federais ou no Regimento Escolar. A equipe gestora organiza, coordena e gerencia todas as atividades da escola, sempre auxiliado pelos demais componentes dos setores técnicos, administrativos e pedagógicos. “O corpo docente é constituído pelo conjunto dos professores em exercício na escola, que tem como função básica realizar o objetivo

prioritário da escola, o ensino. "(LIBANÊO, 2001, p. 6).

A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim possui doze salas de aula, uma biblioteca, que hoje não atende ao público escolar, pois seu acervo está desatualizado, não possui computadores ligados à rede mundial para pesquisas *on line*, um laboratório de informática ligado à rede mundial de computadores mas que raríssimas vezes é utilizado pelos alunos e pelos professores. Uma sala de serviço de orientação e supervisão escolar, uma sala de secretaria, uma sala de direção, banheiros femininos e masculinos, cantina e um anfiteatro que também serve como refeitório. Uma sala de atendimento educacional especializado – AEE para atendimento de alunos. Uma sala para professores que também é utilizada para reuniões.

A escola ainda apresenta dificuldades de acessibilidade para portadores de deficiência físicas, pois os mesmos não têm como se locomover para algumas dependências da escola. Os espaços físicos hoje existentes atendem a clientela mas não colaboram para uma melhora da qualidade do ensino pois sabemos que:

Ambientes planejados, acolhedores, humanizadores e integrados às necessidades da comunidade escolar tem sido destacado pelos agentes escolares e pela comunidade como valores agregados importantes. Esses segmentos entendem que a qualidade do ambiente escolar e suas instalações, considerando a lógica de organização e gestão dos sistemas e as especificidades culturais e formativas das diversas etapas de escolarização, são necessárias e fundamentais para a realização do trabalho pedagógico e de gestão de trabalho escolar, de modo a realizar a apreensão significativa dos saberes científicos produzidos historicamente e propiciar uma educação de qualidade. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 21 e 22)

Para o financiamento do funcionamento da unidade escolar, a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim recebe recursos financeiros oriundos dos cofres públicos municipais e federais. Os cofres públicos municipais repassam três parcelas anuais para o Caixa Escolar, para que este administre e cuide do funcionamento da escola. Essa receita pode ser gasta com matérias de consumo dentre eles limpeza, esportivo, expediente, gás, telefone e manutenção e pequenos reparos da escola. Os cofres públicos federais repassam recursos oriundos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), verba recebida a anualmente e pode ser gasta em

matérias de consumo e materiais permanentes. Todos os recursos recebidos são proporcionais ao número de alunos da unidade escolar. A Escola através de promoções realizadas pela mesma conta com recursos próprios para o financiamento de algumas despesas.

## **2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica**

O calendário escolar da Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim é elaborado pela equipe gestora, profissionais da unidade escolar e o Conselho Escolar como sendo um órgão consultivo e deliberativo aprova o mesmo. A escola tem uma comissão de acompanhamento do calendário escolar que é constituída por 4 membros: o diretor administrativo, um funcionário da escola, um pai e um aluno maior de 16 anos. Comissão essa formada no início de cada ano letivo, ficando responsável pelo acompanhamento e cumprimento das atividades previstas no calendário escolar e por toda e qualquer modificação que porventura venha ocorrer durante o ano. O calendário escolar está como anexo 1 nesse PPP.

Todos somos eternos aprendizes, não só na maneira de proceder democraticamente, mas estamos sempre dispendo de novas aprendizagens, já que pertencemos a um mundo em constantes mudanças. A escola, nesse aspecto, deve ser um espaço reflexivo, criativo, participativo e de aprendizagem onde todos os envolvidos nessa construção estejam articulados com práticas principalmente em salas de aula que valorizem também a participação dos alunos. Pois a sala de aula é um espaço de aprendizagem, não só de habilidades e competências relacionadas aos objetivos conceituais, mas que todos aprendam a conviver, a serem solidários e exerçam a democracia em atitudes que estimulem a promovam a formação humana. Não esquecendo das constantes mudanças de uma sociedade globalizada, nesse sentido se faz necessário reforçar que:

A sala de aula, espaço privilegiado do ambiente institucional da escola e do fazer docente, é o lugar apropriado do direito de aprender do discente, de daí se projeta para um mundo que vai rompendo fronteiras e revelando, ainda que por contradições, o caráter universal do homem. A sala de aula, lugar privilegiado do ensino presencial, mais do que quatro paredes, vai se tornando também o espaço do ensino virtual pelo qual o mundo vem se transformando em uma grande sala de aula. (CURY, 2010, p.10).

A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim oferece o Ensino Fundamental com duração de nove anos sendo estruturado em cinco anos iniciais e quatro anos nos anos finais. Os cinco anos iniciais são organizados em dois ciclos, ciclos de alfabetização (1º ao 3º ano) com alunos iniciando aos seis anos de idade, e o ciclo complementar (4º e 5º ano) com alunos iniciando com nove anos de idade. Os quatro anos finais do Ensino Fundamental são organizados em anos de escolaridade, com crianças a partir de onze anos de idade. O seu calendário é composto de duzentos dias letivos, com quatro horas e dez minutos diários de aulas perfazendo um total anual de oitocentos e trinta e três horas e vinte minutos, conforme estabelece a Lei 9394/96 no seu Artigo 34 “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola” (BRASIL, 1996, art. 34).

Atualmente a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim possui em seu quadro de funcionários doze professores para atuar com alunos dos anos iniciais, sendo seis professores efetivos e seis professores contratados pela Secretaria Municipal de Educação. Os anos finais também estão distribuídos em doze salas de aula, nessa etapa a sua organização está em grupos de professores (Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Ciências Sociais e Linguística) cada área ministra cinco aulas semanais e a carga horária do aluno ainda é composta de matérias especializadas (Educação Física, Inglês e Ensino Religioso). Cada grupo de professores tem seu planejamento coletivo, planejamento este como foco especial no aluno e nas práticas pedagógicas, servindo para o professor:

Reconhecer se houve adequação em termos de suas opções metodológicas, bem como evidenciar em que medidas as relações pedagógicas estabelecidas contribuíram para o processo de ensino e aprendizagem. (SOUZA, 2010, p.6)

Os anos iniciais do ensino fundamental são oferecidos para uma média de duzentos e setenta alunos, sendo três turmas de 1º ano com 63 alunos, duas turmas de 2º ano com 49 alunos, duas turmas de 3º ano com 47 alunos, duas turmas de 4º ano com 37 alunos e três turmas de 5º ano com 69 alunos. Os anos finais está

organizado com três turmas de 6º ano com 81 alunos, três turmas de 7º ano com 76 alunos, quatro turmas de 8º ano com 105 alunos e duas turmas de 9º ano com 63 alunos, atendo assim uma média de trezentos e trinta alunos. Por ser uma escola que atende vários bairros periféricos, bem como alunos de zona rural, há uma grande rotatividade de alunos, não permitindo ao professor desenvolver um trabalho de efetivo resultado, assim nossa necessidade para alcançarmos resultados e índices mínimos exigidos pelo sistema educacional só será sanado com uma parceria escola/família.

Para ajudar no processo de recuperação dos alunos, buscando incentiva-los e direcioná-los de forma mais individualizada, a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim conta com o apoio de quatro professores eventuais, professores estes que nem sempre podem desenvolver essa atividade de auxiliar alunos e professores, pois na maioria das vezes estes estão dentro das salas de aula substituindo professores faltosos ou afastados decorrentes de licenças médicas. A escola também tem uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atende em torno de vinte e cinco alunos, a professora dessa sala é a responsável pela articulação com os professores da sala de aula, disponibilizado serviços e recursos bem como desenvolvendo atividades para a participação e a aprendizagem desses alunos nas atividades escolares. Esse profissional juntamente com a direção pedagógica e administrativa também orienta as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos alunos de forma a ampliar suas habilidades, promovendo assim a autonomia e participação de todos no processo ensino aprendizagem.

Por atender um número expressivo de bairros e da zona rural do município de Divinópolis/MG a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim convive com uma clientela formada por famílias, na maioria das vezes numerosas, desestruturadas, carentes e com pouca ou nenhuma escolaridade, alunos sob a responsabilidade e guarda das instituições de proteção à criança e ao adolescente. Os responsáveis por estas famílias em sua grande maioria precisam se ausentar com frequência por ser necessário trabalhar pelo sustento, deixando seus filhos

sozinhos em casa ou com um parente próximo. Nesse sentido se faz necessário a parceria família/escola para a contribuição da melhoria de nossas ações, devido a essas especificidades a escola procura trabalhar a formação global dos alunos uma vez que:

O ato educativo escolar se dá em um contexto de posição e disposições no espaço social (em conformidade com o acúmulo de capital econômico, social e cultural dos sujeitos-usuários da escola), de heterogeneidade e pluralidade sociocultural, de problemas sociais refletidos na escola, tais como: fracasso escolar, desvalorização social dos segmentos menos favorecidos, incluindo a autoestima dos alunos. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 13)

Para auxiliar nessa formação global dos alunos, a escola em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, oferta aos seus alunos o Projeto Fazendo Arte com oficinas no contra turno. Atualmente são quatro oficinas: Viola Caipira e Flauta para alunos que estudam no turno vespertino e oficinas de Hip Hop e Percussão para alunos do turno matutino. Atendendo assim uma média de noventa alunos destacando assim “a importância de elementos extraescolares na formação das identidades dos alunos” (MOREIRA, 2010 p. 41). Em parceria com a Fundação Educacional de Divinópolis (FUNEDI) a escola disponibiliza seu espaço físico para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) para alunos dos cursos de Pedagogia e Educação Física realizarem sob a supervisão de professores da escola esse trabalho.

A escola, às vezes, defronta com alguns problemas disciplinares, pois alguns de seus funcionários ainda mantem uma ideia de criança e adolescente pautada numa concepção tradicional. Querendo assim resolver problemas atuais com as soluções passadas. Devemos compreender que crianças e adolescentes apresentam hoje novas maneiras de pensar e perceber a realidade onde estão inseridos. Portanto, a escola trabalha com atitudes que possibilitam o desenvolvimento nos alunos de atitudes, de opiniões, iniciativas e interesses pela realidade, reconhecendo suas responsabilidades e o seu compromisso em suas ações. Uma vez que a educação tem o papel de “promover uma atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de

inclusão e de inclusão e de resgate social.” (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p.14).

Acreditamos que discussões sobre educação, cultura, sociedade, escola, tempos e espaços, crianças e adolescentes, aprendizagens, saberes, acesso, permanência e qualidade da educação entre outros precisam estar presentes em pesquisas sobre o ensino fundamental. A escola, para garantir às crianças e aos adolescentes que o espaço escolar também seja um espaço de contribuição na sua formação bem como na formação de seus funcionários e professores, tanto numa formação acadêmica como na formação continuada uma vez que:

A melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem deve envolver diferentes setores a partir de uma concepção ampla de educação envolvendo cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia. Ou seja, é necessário avançar para uma dimensão de uma sociedade educadora, onde a escola cumpre a sua tarefa em estreita conexão com outros espaços de socialização e de formação do indivíduo garantido condições econômicas, sociais e culturais, bem como financiamento adequado à socialização dos processos de acesso e de permanência de todos os segmentos a educação básica (de zero a 17 anos), entendida como direito social. (DOURADO; OLIVEIRA, SANTOS, 2010, p. 14).



### 3. CURRÍCULO

O Plano Curricular reflete a concepção de educando e de sociedade que se quer chegar, a forma de organização do trabalho na Unidade Escolar, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho. O currículo é elaborado de forma coletiva pelos profissionais da Unidade Escolar e aprovado pelo Conselho Escolar, nos termos da legislação vigente. O Plano Curricular encontra-se em anexo ao final do PPP.

O emprego do termo currículo tem uma história bastante recente na escola. De acordo com o senso comum ressalta-se a elaboração de atividades pertinentes à listagem de conteúdos prescritos para o bimestre, semestre, ano ou período letivo. As questões escolares sempre foram expressas com base na ótica dos programas curriculares, do trabalho escolar e raras vezes sob a amplitude da perspectiva curricular que traz intrínseca uma ideia mais abrangente sobre o que, como, quando, por que e para que ensinar. São condições que expressam a identidade da escola, seus valores, visão e missão. Nas escolas de um modo geral, o currículo ainda aparece travestido de significados diversos, o que contribui para que seja objeto de contemplação à distância.

Veiga afirma que:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Já Sacristán (2000) define currículo e expressa sua opinião em cinco itens:

[...] ponte entre sociedade e escola... plano educativo... composto por diferentes aspectos, experiências, conteúdos, etc.... expressão formal e material desse projeto que deve apresentar... seus conteúdos suas orientações e suas sequências para abordá-lo [...] (SACRISTÁN, 2000, p. 14 e 15)

Etimologicamente, currículo é definido como um percurso a ser seguido. Segundo Goodson (2005 p. 31) currículo é uma palavra de origem latina – *Scurrere* - que se

refere a corrida, a curso ou carro de corrida. O termo latino curriculum significa movimento progressivo ou carreira e é adotado para indicar uma unidade de estudos a ser seguido e concluído. “O currículo não só constrói, ele faz. É preciso reconhecer que as questões de exclusão e inclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade.” (Goodson, 2005, p.10)

A prática educativa tem mostrado as tentativas de se articular problemas sociais e currículo escolar com o objetivo de “contextualizar” os problemas. Na atualidade poderíamos exemplificar com a Aids, a violência, as manifestações, atentados, sexualidade, enfim temas antes relacionados aos Temas Transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Não raras vezes é delegada à escola a responsabilidade pelos acontecimentos, acusando-a de usar estratégias ultrapassadas e sugerindo que se renove, modifique, atualize-se. A medida que o currículo expressa interesses de um contexto e um tempo, também constrói identidades que pensam e agem de acordo com as características sociais, econômicas e culturais desse tempo. O currículo se constrói a partir das interferências de diferentes épocas, porém, não pode deixar de legitimar e salientar o conhecimento socialmente elaborado.

Há uma grande diferença entre o currículo pessoal e o escolar pois, o escolar forma o pessoal e este não se constitui sem o escolar. Currículo é, pois, uma construção social, refletindo contextos históricos selecionado e transmitido pelas escolas em conformidade com seus interesses. Ainda que atualmente o contexto curricular esteja caracterizado pelo neoliberalismo, onde quase tudo é declarado, os valores cada vez mais explícitos e tudo é questionável, pode parecer insignificante a preocupação com o que está oculto no currículo escolar, mas muitas interpretações serão possíveis, à medida que for feito esforço para considerarmos essa possibilidade. O objetivo é fazer com que a prática docente se torne mais consciente, para que os sujeitos sejam capazes de efetuar uma leitura do mundo mais crítica e que não se tornem alienados.

Sendo assim, não se pode aceitar o currículo como veículo de transmissão do conhecimento, o currículo é um terreno em que se produz cultura e então as

diferenças culturais não poderão mais ser ignoradas. É necessário considerar a possibilidade do olhar diferenciado e de que currículo – percurso ou curso – não pode se definir como trajeto único. Segundo Goodson (2005) a questão da produção de um currículo escolar é resultado das reproduções e invenções sociais, isto é, na prática a expressão das ideologias que se quer perpetuar na história da educação, contestar e resistir a ideologia dominante ou fortalecê-la.

No século XX o currículo baseava-se na trilogia: pedagogia, currículo e avaliação citada por Goodson (2005) como aquela que caracterizou a epistemologia dominante da escolarização da época. É necessário pensar nas relações de poder e de articulação social que interferem no currículo e vice versa. Considerando que a escola deve proporcionar aos alunos um universo de informações, embasamento teórico/prático e exercício da cidadania. Mas infelizmente o conhecimento sugerido pelos currículos prescreve a distinção de valores, de gênero, de classes, impondo, mesmo que disfarçadamente a educação para a submissão de alguns e para a emancipação e empoderamento de outros.

Considerando a década de 90 e a educação brasileira, as reflexões e interferências éticas, políticas e de poder ocorrem no currículo a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Eles fomentaram a discussão, reflexão e questionamentos da validade ou não do planejamento didático, da necessidade de conhecimentos novos, atualizados e de interação ao meio e até os seguintes questionamentos: a quem serve o currículo? E a quem interessa que assim seja? Sendo assim definir currículo torna-se uma questão subjetiva, porque depende de visão de mundo, história de vida e até das experiências de quem faz parte. Em se tratando do país significa observar as políticas públicas da educação e suas mantenedoras (públicas ou privadas).

A reflexão sobre o currículo está instalada nas escolas. Em vários formatos e tempos diversificados, as indagações sobre o currículo aparecem nos planejamentos, em dias de estudo ou oportunidades criadas pela Secretaria de Educação. No momento, o que está em discussão é a elaboração de um documento que seja um referencial

curricular que oriente e possibilite a definição de conteúdo e conhecimentos em conformidade com o que estabelece o artigo 26 da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394 de 20 de Dezembro de 1996:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996).

Antônio Flávio Moreira, em seu texto, O Campo do Currículo no Brasil apresenta elementos para reflexão e afirma: “o conhecimento escolar é característica da escola democrática que reconhece a multiculturalidade e a diversidade como constitutivos do processo ensino-aprendizagem”. Trabalhar com base na ação reflexiva, com vistas a uma formação reflexiva, significa trabalhar a responsabilidade, as certezas. Significa incentivar a capacidade de exercer funções centralizando o conhecimento intelectual e não apenas o conhecimento prático priorizando a criação de um currículo, acima de tudo humano.

Na escola Paulino Bento Pereira de Amorim o currículo, o currículo tem por objetivo expressar a construção social do conhecimento formal e social bem como propor uma sistematização de meios para que esta construção se efetive. Para alcançar este objetivo o currículo deve refletir a concepção de educando e de sociedade que se quer formar, a forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educandos, a organização dos conteúdos e a metodologia do trabalho.

Na elaboração do currículo do Ensino Fundamental temos como norteadores de nossas ações pedagógicas os princípios éticos da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, bem como, do conhecimento formal socialmente elaborado e exigido por lei, os princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática e os princípios culturais da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas.

O eixo pedagógico da Escola Paulino Bento Pereira de Amorim se constitui como centro de formação do coletivo, pois a formação básica dos alunos está voltada para

a cidadania e a participação na sociedade além de aquisição do conhecimento formal. Propiciamos aos alunos uma estrutura que estimula o trabalho individual, de dupla e em grupo, de maneira que o educando se organize e estabeleça regras de convivência. Baseamos o eixo pedagógico na teoria do conhecimento respeitando a bagagem cultural trazida pelo aluno.

Através da realização de alguns projetos como: Festa dos Aniversariantes, Momentos Culturais, Festa Junina, Gincana esportiva e cultural, Aniversário da escola, Jogos da Paz, Mostra Cultural do Projeto Literário Minha cidade Lê e comemorações da semana da criança, dia da família além das assembleias de pais e mobilização social pela educação, buscamos contextualizar o conhecimento e fazer uma inter-relação entre conteúdos trabalhados, projetos e a realidade dos alunos. Estas são atividades que visam a socialização entre alunos, pais e comunidade escolar, envolve e desenvolve espírito de liderança, criatividade além de desenvolver valores éticos e morais.

#### 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim atende alunos em todos os anos do ensino fundamental da educação básica. As turmas dos 1º, 2º, 3º e 4º anos do Ensino Fundamental, juntamente com o 6º ano funcionam no turno vespertino entre as 13h e 17h30min com intervalo diário de 20 minutos para recreio. Os 5º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental funcionam no turno matutino entre as 7h e 11h30min com intervalo diário de 20 minutos para o recreio. Para os anos finais do Ensino Fundamental são ministradas cinco aulas diárias de cinquenta minutos cada uma.

A escola oferece o Projeto Fazendo Arte em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura ofertando, oficinas e Hip Hop, Percussão, Viola Caipira e Flauta para os alunos no contra turno uma vez por semana no horário das 7h30min às 9h30min para alunos que estudam no turno vespertino, e das 15h às 17h para alunos que estudam no turno matutino pois “toda e qualquer escola sempre atua, ou pretende atuar, para além da instrução escolar” (CAVALIERE, 2007. p. 1021). No entanto, a escola busca desenvolver atividades com estes alunos que visam propiciar além do crescimento cognitivo seu fortalecimento pessoal como cidadão crítico e consciente do meio em que vive.

Portanto, a ampliação do tempo de escola somente se justifica na perspectiva de propiciar mudanças no caráter da experiência escolar, ou melhor, na perspectiva de aprofundar e dar maior consequência a determinados traços da vida escolar. Toda e qualquer escola sempre atua, ou pretende atuar, para além da instrução escolar. Um grau de responsabilidade socializadora, principalmente para as crianças pequenas, é inerente à vida escolar. Na tradição brasileira, esse papel sempre foi coadjuvante à ação familiar. (CAVALIERE, 2007, p. 1021-1022)

A escola adota o regime de ciclos para organização das turmas do Ensino Fundamental. Mesmo o município de Divinópolis ter o seu próprio Sistema Municipal de Educação, algumas normas ainda seguem orientações da Secretaria Estadual de Educação – SEEMG, como é o caso da organização de turmas. Estabelecendo assim um Ciclo de Alfabetização com os alunos do 1º ao 3º ano. Um Ciclo Intermediário com alunos do 4º e 5º anos, em que apenas alunos do 3º e 5º podem

ser retidos nos anos de escolaridade, e os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), para o aluno ser retido, deverá ter uma média global inferior a sessenta por cento (60%) nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, os conteúdos de Língua Inglesa, Educação Física e Ensino Religioso adotam como avaliação conceitos A, B ou C.

Diferentemente da progressão continuada, os ciclos propõem alterar os tempos e os espaços da escola de maneira mais global, procurando ter uma visão crítica das finalidades educacionais da escola. Está em jogo mais do que simplesmente liberar fluxos, ou sair-se bem em avaliações de sistema ou, ainda, tirar a avaliação formal juntando séries em planejamentos plurianuais. Eles são mais que uma modernização conservadora. (FREITAS, 2004. p. 11)

Os processos educativos exercidos na escola priorizam a ampliação concreta dos espaços escolares para que os alunos possam experimentar diferentes lugares onde o conhecimento se processa. As aulas de Educação Física são realizadas na quadra comunitária do bairro, pois a escola não possui quadra de esportes. Os professores também usam as ruas para realizar atividades de caminhada, corrida e exercícios aeróbicos. As turmas são estimuladas a participar de excursões por diferentes pontos turísticos da cidade ou até mesmo outras cidades para visualização *in loco* dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Alguns professores usam os diferentes espaços da escola como pátio, biblioteca e laboratório de informática para oferecer ao aluno a possibilidade de desenvolvimento cognitivo em diferentes espaços da escola, com metodologias diferenciadas e atrativas.

A organização do tempo para os estudantes atende às determinações legais e instruções da legislação nacional estabelecidas na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/99), cumprindo uma a carga horária mínima para todas as turmas. Para o corpo docente a carga horária de trabalho semanal é definida pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Divinópolis/MG, que regulamenta e possibilita a ampliação da carga horária para os professores em casos específicos.

O planejamento das atividades pedagógicas é realizado em reuniões semanais com o grupo de professores das turmas, os professores das aulas especializadas também fazem seu planejamento em grupo. Nestes encontros os professores discutem sob a coordenação da administração pedagógica da escola, formada pelo diretor administrativo, diretora pedagógica, vice diretora e pelas especialistas, temas de importância da escola e planejam atividades a serem desenvolvidas, principalmente àquelas de cunho interdisciplinar.

As famílias reúnem-se ordinariamente uma vez por trimestre com a equipe pedagógica e com professores, para a discussão dos resultados da aprendizagem dos alunos. Pais e responsáveis pelos alunos são convidados ao conhecer os projetos desenvolvidos, as atividades realizadas e a avaliação obtida durante o período. Nestes encontros os professores promovem atendimento individual com os pais dos alunos registrando os avanços e/ou retrocessos obtidos por seus filhos durante o percurso escolar. É um importante momento para ouvir, refletir e discutir as sugestões e os anseios da comunidade em relação à escola. A escola ainda promove encontros esporádicos com pais de alunos das turmas que necessitam de uma maior atenção, quer seja pelo desempenho nas atividades escolares ou pela indisciplina em sala de aula.

A Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim acolhe crianças e adolescentes na sua grande maioria das camadas populares, e a grande maioria desses, vêm na escola como uma das poucas instituições que vai proporcionar a oportunidade de acesso à escolarização. Essa clientela em geral é formada de bairros periféricos, quase não tem ou com pouco acesso ao manuseio de livros, jornais, computadores ou outros recursos pedagógicos, esses fatores externos interferem no processo pedagógico, pois variáveis externas como as citadas “continua sendo um fator amplamente fora de controle para as políticas públicas e



para a escola sujeito a regras de mercado que ampliam cada vez mais o fosso entre as classes sociais” (FREITAS, 2004. p.2).

Por receber matrícula de alunos a todo instante, há uma rotatividade muito grande durante o ano letivo, pois, são alunos que chegam e saem durante o período letivo, não permitindo aos professores desenvolver um trabalho de efetivo resultado, mesmo assim a escola atinge bons índices nas avaliações externas e seu índice do IDEB está dentro do programado bem como nas avaliações do PROALFA que é aplicado pela SEEMG.

Sempre que recebe um novo aluno, principalmente aqueles com defasagens idade/ano de escolaridade, a equipe pedagógica da Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim aplica um diagnóstico inicial para avaliar seu nível de aprendizagem, examinando e investigando quais são as suas dificuldades e possibilidades, visando programar as ações educativas necessárias para um posicionamento numa turma de mesmo nível de conhecimento oferecendo assim uma maior oportunidade de aprendizagem. A escola possui em seu quadro de professores eventuais por turno de trabalho, esse profissional, na falta de professores regentes, substitui os mesmos e quando não está em substituição atende no apoio pedagógico aos alunos com defasagens educacionais com horários pré-estabelecidos pela equipe pedagógica da escola.

## **5. PROCESSOS DE DECISÃO**

Gestão Escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas. Todas as tomadas de decisão e planejamento são baseadas na legislação escolar em vigor e nas diretrizes pedagógicas e administrativas fixadas pela Secretaria Municipal de Educação.

O conceito está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante a um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais significativos. Gestão é uma expressão que ganhou destaque no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigmas no caminho das questões desta área, ou seja, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento do seu trabalho. (GONÇALVES; CARMO, 2001, p. 27)

Visando compartilhar e democratizar as decisões administrativas, pedagógicas e financeiras, fazem parte desses processos na escola:

- Conselho Escolar: é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos; não sendo remunerados seu dirigente nem seus conselheiros. O conselho tem por finalidade efetivar a gestão escolar promovendo a articulação entre os segmentos da comunidade e os setores da escola, constituindo-se no órgão máximo da direção escolar. A atuação e representação de qualquer dos integrantes do Conselho Escolar visam ao interesse maior dos alunos inspirados nas finalidades e objetivos da educação pública, para assegurar o cumprimento da função da escola que é oferecer educação de qualidade. Portanto, faz parte do compromisso do conselho: respeitar a legislação em vigor, a democratização da gestão escolar, as oportunidades de acesso, permanência e qualidade de ensino na escola pública de todos que a ela tem direito.

- Caixa Escolar: regido por estatuto próprio, acompanha e fiscaliza a administração e a aplicação de verbas e recursos financeiros da Escola. As reuniões acontecem

mensalmente, para apreciação dos balancetes e movimentação dos recursos financeiros, com o quê e como a verba será gasta, quais as prioridades da escola.

- Comissão do Calendário Escolar: É constituído pelo diretor, pais, funcionários que participam da elaboração e aprovação das alterações do calendário, quando necessário, juntamente com a aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

A escola está sempre aberta para as famílias. Os assuntos gerais normalmente são tratados através de reuniões. Assuntos individuais são tratados e decididos com entrevistas particulares com o grupo de professores, serviço de supervisão e equipe gestora, sempre que possível com uma programação prévia entre ambos, conforme solicitação ou necessidade. Após discutir os problemas todos os envolvidos no processo estabelecem o que será melhor e a unidade escolar executa a decisão tomada.

Criar internamente uma cultura colaborativa é pré-requisito para formar redes com o lado exterior da escola. Enquanto equipe escolar, precisamos ter uma visão de futuro compartilhada, para conseguirmos definir uma proposta pedagógica comum. Os processos de tomada de decisão se baseiam primeiramente nas legislações vigentes, e sempre acreditando que a interação, escola e comunidade, só acontecerá se for criada oportunidades da família participar do processo de desenvolvimento de seu filho, sentindo-se também responsável pelo seu sucesso.

A participação das famílias e o envolvimento nas decisões e soluções de problemas do dia-a-dia da unidade escolar, nos permite visualizar que a solução dos problemas não depende exclusivamente das iniciativas governamentais. Sempre que possível e necessário a unidade escolar busca apoio em outros profissionais para realização de

palestras e conversar com toda a comunidade escolar com o objetivo de solucionar problemas embasados em diversas vivências e literaturas.

## **6. RELAÇÕES DE TRABALHO**

Confiante no seu trabalho, a Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim propõe um trabalho coletivo em que professores, comunidade e todos os responsáveis pela escola se integrem para buscar objetivos comuns, tornando-a um lugar de democracia. Para que aluno e professor, com igualdade de condições possam usufruir e conquistar o espaço que lhe foi dado por direito. Escola onde possa atuar, criar, fazer crescer sonhos, transformá-los em ideias e exprimi-las em forma de vivência e de trabalho. Paulo Freire já nos levava a essa reflexão em 1991 quando nos dizia:

A Escola Pública que desejo é a escola onde tem lugar de destaque, a apreensão crítica do conhecimento significativo, através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar; onde se propões a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber pelas experiências no mundo. (FREIRE, 1991, p.81).

Para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça, é necessário um ambiente favorável, e a escola conta com a colaboração de todos os funcionários para que as normas estabelecidas sejam cumpridas e respeitadas. Acredita-se que o respeito as regras é comprometer-se com a Educação, para a aquisição de valores, visando o desenvolvimento da pessoa humana. Essas regras são construídas pelos alunos e pelos professores no início do ano letivo. São confeccionados cartazes, e estes são afixados em lugares visíveis nas salas de aula. Fazem parte do código de convivência: a pontualidade, a assiduidade, o uso de uniforme, o compromisso, a responsabilidade com as atividades pedagógicas de classe e extraclasse, o uso responsável do patrimônio da escola, e principalmente do respeito entre todos. “O que se busca é a formação plena do homem, capaz de participar eficiente na sociedade e produção nas relações de trabalho”. (GONÇALVES e CARMO, 2001, p. 19).

Ao corpo docente, fica ainda, a responsabilidade de verificar a frequência e comunicar a direção os casos faltosos ou de evasão, ministrar boas aulas, solicitar ajuda da equipe pedagógica nos casos de alunos com baixo rendimento, zelar pelo patrimônio, atender pais e responsáveis com presteza e respeito, sempre que necessário, em atendimentos individuais ou coletivos, reuniões, ou quando umas das partes solicitar.

Este é o caminho da autogestão da escola no Brasil. Acredito que esta seja uma tarefa extremamente difícil e problemática, mas penso que a escola terá sentido tanto para alunos, como para pais, professores, diretores etc., se todos eles experimentarem o autogoverno. Provavelmente ter-se-á uma prática onde todos os atores da unidade escolar estarão aptos a tomarem decisões no local de trabalho, onde todos terão responsabilidades para com a organização e o funcionamento da escola. (JAPECANGA, s.d. p. 9)

A educação envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. Desta forma, é importante traçar políticas de atuação onde equipe gestora, equipe pedagógica, professores, pais e ou responsáveis, trabalhem de forma integrada, tendo como meta a efetiva melhoria nas condições de atendimento aos alunos. A realização de encontros entre os envolvidos, afim de conceber estratégias educacionais que concretizem um desenvolvimento de caráter globalizado nos educandos se mostra e faz necessário. Tanto a família como a escola desempenham uma função essencial nos processos de formação do aluno, e portando devem comungar dos mesmos princípios, e visar o mesmo objetivo: tornar seus filhos e alunos felizes, saudáveis e sábios.

## 7. AVALIAÇÃO

“A avaliação tem como objetivo identificar em que medida os resultados alcançados estão próximos ou distantes dos objetivos propostos” (SOUZA, 2005, p.13). Desta forma, os avanços e as necessidades de retomar os conteúdos trabalhados são constantes. Segundo, Souza:

[...] se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. (SOUZA, 2005, p. 25)

Os níveis de conhecimento dos alunos não são medidos apenas através da avaliação educacional, mesmo porque não é possível detectar toda a competência e legitimidade. Este procedimento ressalta uma avaliação negativa tanto do aluno quanto da instituição, uma vez que envolve todas as atividades desenvolvidas e propostas pela instituição.

Uma boa avaliação é planejada considerando fatores externos e internos da instituição, inclusive da cultura regional, pois o indivíduo carrega consigo uma bagagem cultural e social do meio à qual pertence. Diante disto faz-se necessário cuidado com o modo em que estes resultados são apresentados aos nossos alunos, pais e demais membros da comunidade escolar, pois, o meio em que estão inseridos exerce grande influência. O processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos estudantes em avaliações que visam identificar, somente alguns dos conhecimentos adquiridos (NAVARRO, 2004).

Já a avaliação institucional deve ser feita constantemente pelo coletivo, envolvendo todos os seguimentos da comunidade escolar, pois somente assim todos se sentirão sujeitos modificadores do meio [...] pois a avaliação procura dar uma base mais sólida para que os problemas sejam resolvidos [...] (SOUZA, 2005). Quando a escola tem comprometimento a tomada de decisão é feita em conjunto.

O planejamento se faz importante para o estreitamento dos laços entre a prática do cotidiano escolar e as teorias que podem ser buscadas como subsidio na materialização do Projeto Político Pedagógico. “O alcance relativo do planejamento, no âmbito do sistema educacional sobre as escolas, se verifica na medida em que as mudanças propostas se confrontam com as práticas já consolidadas.” (SILVA, 2005).

Os resultados escolares são apresentados a cada período de forma clara e transparente para toda a comunidade escolar, assim como também é ofertado ao educando uma nova oportunidade quando não há resultados satisfatórios do mesmo. Portanto as ações são redirecionadas assim como as estratégias para obtenção de melhores resultados e a conquista da autonomia. Pois, o aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico se faz no cotidiano escolar através do resultado da avaliação individual, coletiva e institucional para obtenção de um ensino de qualidade.

As dificuldades enfrentadas pelo educando são usadas como mecanismo de avaliação da instituição, incluindo professores e gestores. Não sendo um instrumento de promoção e ou punição. No final de cada período, o resultado poderá ser positivo quando identificado que o educando atingiu os objetivos propostos. Em situações contrárias um plano de intervenção pedagógica é oportunizando ao educando para identificar a situação atual e o caminho a seguir na busca da educação de qualidade “[...] a escola que busca qualidade precisa desenvolver o ser social em todas as suas dimensões: econômico, no cultural; no político [...]” (NAVARRO, 2004).

Quando as dificuldades não foram sanadas de um ano para outro, e tendo em vista que todas as oportunidades e estratégias para a construção do conhecimento foram oferecidas a este, o Decreto Municipal de Nº 10.965/2012 em seus artigos abaixo estabelece que:

Artigo 19 - A decisão quanto à retenção do educando no ano de escolaridade em que se encontra, caberá ao grupo de educadores que o

acompanham e implicará na elaboração de um plano de intervenção pedagógica, incluindo atividades a serem oferecidas ao educando pela escola e/ou fora da escola, visando a superação das dificuldades apresentadas no decorrer dos processos avaliativos.

Parágrafo único. Será necessário considerar os três anos iniciais do ensino fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

Art. 20. O quarto e o quinto anos do ensino fundamental devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, visando ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos. (DIVNÓPOLIS, DM nº10.965, 2012)

As avaliações são importantes, pois mediante seus resultados é possível estabelecer projetos de melhoria da qualidade da educação. Os tipos diversos de avaliação permitem identificar defasagens diferentes em estágios da construção do conhecimento para redirecionamento do trabalho pedagógico. “As práticas utilizadas nos processos de avaliação variam, como variam as intenções que se têm com o seu uso” (SOUZA, 2005). O sucesso do aluno está atrelado a identidade da escola, portanto Souza ressalta,

[...] o objetivo de avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhes foram propostos[...] [...] com essas informações decorrentes da avaliação da aprendizagem, temos também informações sobre o ensino, uma vez que, na escola, a aprendizagem está sempre conjugada ao ensino” (SOUZA, 2005)

O decreto 10.965/2012 da Prefeitura Municipal de Divinópolis, determina:

Artigo 16. A avaliação do ensino-aprendizagem será integrada e processual, considerando os aspectos atitudinais, procedimentais e conceituais, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos educandos e a utilização de instrumentos diversificados que favoreçam a interpretação qualitativa do percurso e evolução dos mesmos.

A organização e a implementação das atividades pedagógicas adequadas e consistentes, para melhor atender a demanda da escola e do sistema municipal se dá nos incisos:

§ 2º- Os processos avaliativos nos Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino fundamental serão organizados em três períodos no decorrer do ano letivo, sendo atribuídos aos educandos, conceitos:

- a) 1º período: fevereiro, março e abril;
- b) 2º período: maio, junho, julho e agosto;
- c) 3º período: setembro, outubro, novembro e dezembro.



§ 3º - Os processos avaliativos no Terceiro Ciclo do ensino fundamental serão organizados em três períodos no decorrer do ano letivo, sendo atribuídos, aos educandos, 100 pontos, divididos da seguinte forma:

- a) 1º período: fevereiro, março e abril - 30 pontos;
- b) 2º período: maio, junho, julho e agosto - 35 pontos;
- c) 3º período: setembro, outubro, novembro e dezembro - 35 pontos.

§ 4º - A distribuição de pontos a que se refere o parágrafo 3º do artigo 16 não incluirá os componentes curriculares Arte, Educação Física, Ensino Religioso e Língua Estrangeira Moderna, aos quais serão atribuídos conceitos.

§ 5º - Será considerada como parâmetro para a progressão simples, a média ponderada mínima de 60% (sessenta por cento), a ser obtida pelo educando nos três períodos avaliativos anuais.

§ 6º - A unidade de ensino, com o apoio da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, criará estratégias diferenciadas para apresentação dos resultados das avaliações para os educandos e seus familiares. Estas estratégias descreverão as potencialidades, os avanços, as possibilidades e as dificuldades percebidas a partir dos processos avaliativos e os procedimentos adotados para superação das dificuldades demonstradas pelos educandos. (DIVNÓPOLIS, DM nº10.965, 2012)

Na avaliação, o resultado deve ser visto como forma de construção do conhecimento e instrumento para detectar e acompanhar as necessidades e retomar os conteúdos trabalhados. É preciso conscientizar as crianças e adolescentes que este é um processo importante que estará presente em alguns momentos de sua vida. Avaliar de forma processual, ao longo do cumprimento das atividades, permite o acompanhamento da construção do conhecimento, a identificação dos problemas e dificuldades e a possibilidade de corrigi-los antes de avançar. Antes de mais nada, é necessário que o professor tenha clareza de seus objetivos, é importante ter os registros do que se passa no dia-a-dia da sala de aula pois sem isso as informações podem se perder.

A nota é um parâmetro decorrente de um processo, é preciso também diversificar os instrumentos avaliativos e torná-los mais significativos, de forma a ser o registro do percurso feito pelo estudante para que se torne um parâmetro de reflexão para o aluno e sua família.

Ao final de cada ano letivo, devemos juntos realizarmos uma avaliação da Unidade Escolar e do PPP como um todo, para um redirecionamento de nossas ações para o próximo ano. Refletir e pensar novos atos e projetos desenvolvidos durante o ano. Estudar indicadores e compreendê-los melhor para tentar melhorar o nosso desempenho e aproveitamentos em avaliações internas e externas. Esses indicadores deverão ser considerados no planejamento didático da unidade escolar. Medir o nível de compromisso de todos os atores envolvidos, discutindo as perspectivas pedagógicas, rever currículo e o tempo escolar do aluno, possibilitando e delineando a coletividade dos profissionais da escola juntamente com os alunos, possibilitando assim uma educação de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para um crescimento coletivo da Unidade Escolar é necessário que todos os atores envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem deem sua colaboração participando na elaboração de documentos como a Proposta Pedagógica. Pois como professores, funcionários e gestores lutam, sonham e desejam pela melhoria na qualidade do ensino público ofertado, pais, alunos e comunidade do entorno esperam uma evolução da Unidade Escolar no dia a dia. Portanto é primordial que esses segmentos tenham abertura e sintam-se estimulados a participarem do contexto escolar, e à Unidade Escolar cabe encontrar uma fórmula para que todos se sintam envolvidos nessas ações. Sabe-se que não existe uma receita pronta, pois cada Unidade Escolar tem suas particularidades e desafios, mas não menos estimulantes. Abrir a Unidade Escolar para a comunidade, é torná-la uma aliada importantíssima na luta pela construção de uma educação de qualidade:

É preciso, pois, criar na escola um ambiente acolhedor e ouvir o que a população tem a dizer sobre o que espera do ensino, como encara os deveres de casa e as condições que os alunos têm para fazê-los, como entende a avaliação e os processos de recuperação, assim como tudo o mais que a preocupa em relação à educação dos filhos. (BARRETO, 2004 p.3)

Diante das situações analisadas, é evidente a pequena participação de todos os segmentos envolvidos, principalmente dos pais, alunos e comunidade do entorno na construção da Proposta Pedagógica da Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim. Embora, o documento esteja bem fundamentado, na sua grande maioria demonstra ser pouco efetivo, pois o processo de construção foi conduzido de forma equivocada, portanto não se pode esperar que os resultados sejam como o esperado. Faz-se necessário a Unidade Escolar repensar a forma no conduzir esse processo de elaboração coletiva da sua Proposta Pedagógica, envolvendo todos os segmentos e conferindo a cada um uma responsabilidade na conquista de um sucesso coletivo. Pois numa gestão democrática, colegiada e transformadora da realidade só será efetivada através de uma responsabilidade compartilhada.

O corpo docente, funcionários e direção da Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim, procuram na sua prática pedagógica, trabalhar numa nova perspectiva da educação. Buscam um trabalho de equipe, cooperativo, democrático onde há interação de todos os profissionais envolvidos direta ou indiretamente no processo educativo. Avaliando constantemente o trabalho e estabelecendo prioridades e valores, buscando superar as dificuldades e atender às necessidades da escola como um todo. Mas “a escola não pode continuar tocando um samba de uma nota só, como se o único saber legítimo fosse aquele que ela recita monotonamente para os alunos copiarem e... se esquecerem em seguida” (BARRETO, 2004 p. 4) pois ela precisa estar ligada intimamente à sua comunidade, ao mundo exterior, para que o aluno possa viver a sua realidade tornando assim uma educação eficaz, significativa e acima de tudo interessante. Para que tudo isso se concretize o primeiro passo é buscar a participação quase na sua totalidade da comunidade para a construção de um dos pilares da instituição que é a sua Proposta Pedagógica.

Devemos juntos garantir a autonomia à escola para tornar as decisões que forem necessárias para realizar a finalidade maior da educação: “promover o pleno desenvolvimento do educando”. (BRASIL, 1996, art.2º).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil:* promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei 8,069/90, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 12 maio 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9394/96, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 14 julho 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública.** Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 10 jul. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação:** um campo de atuação do gestor. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

DIVINÓPOLIS. **Decreto Municipal 10.965.** Divinópolis: Diário Oficial, 2012.

DIVINÓPOLIS. **Projeto Político Pedagógico.** Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim. Divinópolis, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. **A qualidade da educação:** conceitos e definições. Brasil. MEC/INEP, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em 10 jul. 2014.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. Gestão escolar e o processo de tomada de decisão. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso em 19 jul. 2014.

GOODSON, Ivo F. **Currículo:** Teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola.** Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ªed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas Curriculares alternativas: limites e avanços.** 2010. Disponível em moodle3mec.gov.br/UFMG. Acesso em 15/07/2014.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto - 2010.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 22 jul. 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** S.d.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Ed 3 Porto Alegre Artmed, 2000.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional.** 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível.** 14ª edição Papyrus, 2002. Disponível em: <[http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo\\_7\\_bloco\\_4/TEXT0.3-VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf](http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_7_bloco_4/TEXT0.3-VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf)>. Acesso em 17 jul. 2014.

## ANEXO 1

CALENDÁRIO - 2014 - Ensino Fundamental ou Educação Infantil																											
Escola Municipal Paulino Bento Pereira de Amorim																											
<b>JANEIRO</b>		<b>FEVEREIRO</b>		<b>MARÇO</b>		<b>ABRIL</b>																					
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
							2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12
							9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19
							16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26
							23	24	25	26	27	28	29	23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30			
Escolar: 00	Letivo: 00						Escolar: 01	Letivo:						Escolar:	Letivo:												
<b>MAIO</b>		<b>JUNHO</b>		<b>JULHO</b>		<b>AGOSTO</b>																					
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						3	8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9
4	5	6	7	8	9	10	15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16
11	12	13	14	15	16	17	22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23
18	19	20	21	22	23	24	29	30						27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30
25	26	27	28	29	30	31	Escolar:	Letivo:						Escolar:	Letivo:												
Escolar: 01	Letivo:						Escolar:	Letivo:						Escolar:	Letivo:												
<b>SETEMBRO</b>		<b>OUTUBRO</b>		<b>NOVEMBRO</b>		<b>DEZEMBRO</b>																					
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						6	5	6	7	8	9	10	11	8	9	10	11	12	13	14	7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20	19	20	21	22	23	24	25	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	26	27	28	29	30	31		16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27
28	29	30					Escolar:	Letivo:						Escolar:	Letivo:												
Escolar:	Letivo:						Escolar:	Letivo:						Escolar: 01	Letivo:												
<b>LEGENDA</b>																											
	Inicio e término do ano escolar		Férias		Dia Letivo Integrador		Mov. Currículo em Debate																				
	Inicio e término do ano letivo		Dia Letivo		Dia Nacional da Consciência Negra - Lei. 10.639/03																						
	Recessos e feriados		Dia Escolar		Escolar à noite																						
<b>&lt; 1º SEMESTRE &gt;</b>		<b>&lt; 2º SEMESTRE &gt;</b>		<b>TOTAL GERAL</b>																							
Dias Escolares	Dias Letivos	Dias Escolares	Dias Letivos	Dias Escolares	Dias Letivos																						
				09	200																						
Assinatura/Carimbo Diretor(a)		Assinatura Dinâmica Escolar		Carimbo da Escola Divinópolis, 30/12/2013																							

## ANEXO 2

PLANO CURRICULAR - 2014																			
ENSINO FUNDAMENTAL																			
ESCOLA MUNICIPAL PAULINO BENTO PEREIRA DE AMORIM																			
Endereço: Rua Carla Santos Souza, nº 61 - B: Aparecida																			
Município: Divinópolis/MG - Telefone (37) 3333 - 4444																			
Dias Letivos Anuais: 200					Semanas Letivas Anuais: 40					Carga Horária Anual: 833 h e 20 min.									
Módulo Aula: 50 minutos					Dias Semanais: 05					Merenda/Recreio: 20 min.									
										Duração do Turno: 4 h. 30 min.									
Carimbo da Escola																			
Áreas de Conhecimento	1º Ciclo						2º Ciclo						3º Ciclo						
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano		
	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS		
Linguagens	Língua Portuguesa	5	166:40 h	5	166:40 h	5	166:40 h	5	166:40 h	5	166:40 h	4	133:20 h	4	133:20 h	4	133:20 h	4	133:20 h
	Educação Física	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h
	Arte	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h
	Literatura	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	-	---	-	---	-	---	-	---
Linguagens	LEM- Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h	2	66:40 h
	Matemática	6	200:00 h	6	200:00 h	6	200:00 h	6	200:00 h	6	200:00 h	5	166:40 h	5	166:40 h	5	166:40 h	5	166:40 h
Ciências da Natureza	Ciências	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	5	166:40 h	5	166:40 h	5	166:40 h	5	166:40 h
	Geografia	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	2	66:40 h	2	66:40 h
Ciências Humanas	História	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	3	100:00 h	2	66:40 h	2	66:40 h	3	100:00 h	3	100:00 h
	Ensino Religioso	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h	1	33:20 h
Base Comum/ Parte Diversificada	Total	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h	25	833:20 h

Observações:

- 1 - Os Estudos sobre Direitos Humanos permearão todas as Áreas de Conhecimento - (Lei Estadual nº 12767/1998)
- 2 - A Educação Ambiental permeará todas as Áreas de Conhecimento - (Lei Federal nº 9795/1999).
- 3 - A Educação Fiscal permeará todas as Áreas de Conhecimento - (Lei Municipal nº 6626/2007).
- 4 - A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada a História e Geografia - (Lei Federal nº 11645/2008).
- 5- Direito das Crianças e Adolescentes permearão todas as Áreas de Conhecimento (Lei Federal nº 11.525/2007).

Legenda:

- AS - Aulas Semanais  
CHA - Carga Horária Anual

Divinópolis, 30 de dezembro de 2013.

DIRETOR (A) ESCOLA

DINÂMICA ESCOLAR